

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE PSICOLOGIA

THAIS STEPHANIE MATOS SILVA

**ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES ACERCA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS NA REVISTA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL (1996 –
2019)**

São Luís
2020

THAÍS STEPHANIE MATOS SILVA

**ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES ACERCA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS NA REVISTA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL (1996 –
2019)**

Monografia apresentada ao curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Dr. Ramon Luís de Santana Alcântara

São Luís
2020

Matos Silva, Thais Stephanie.

ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES ACERCA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA REVISTA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL 1996 2019 / Thais Stephanie Matos Silva. - 2020.

43 f.

Orientador(a): Ramon Luis De Santana Alcântara.
Monografia (Graduação) - Curso de Psicologia,
Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2020.

1. Educação. 2. Psicologia Escolar e Educacional. 3. Relações Étnico-Raciais. I. De Santana Alcântara, Ramon Luis. II. Título.

THAIS STEPHANIE MATOS SILVA

ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES ACERCA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA REVISTA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL (1996 – 2019)

Monografia apresentada ao curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.
São Luís, ____ de _____ de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ramon Luís de Santana Alcântara – UFMA (Orientador)

Profa. Me. Ana Letícia Lima – UNDB (1º Membro)

Profa. Dra. Rosane de Sousa Miranda – UFMA (2º Membro)

Profa. Dra. Maria Áurea Pereira Silva – UFMA – (Suplente)

AGRADECIMENTOS

Agradecer, particularmente, implica um movimento de mobilização de memórias e afetos que me agrada bastante, porque é quando o corpo faz um movimento que contraria a realidade do mundo atual e da lógica imediatista: parar. O meu corpo para quando eu preciso pensar sobre isso, e fazer isso em relação à minha jornada acadêmica é especial.

Primeiro, agradecer a mim mesma é uma forma de acolhimento e reconhecimento que é indispensável para a revolução silenciosa que acontece aqui internamente, pois mais do que ninguém, eu segurei a minha mão em muitos e variados momentos. E não apenas pela impossibilidade biológica de não fazer.

À minha mãe, Graça (popularmente, Pretinha), pela confiança, por todo o amor destinado a mim de várias formas e por ter sido a força motriz para que eu chegasse até aqui e conseguisse finalizar este trabalho.

Ao meu pai, Alexandro, pela confiança e pelo esforço em me ajudar da sua melhor forma.

Ao meu irmão, Vinicius, por sempre ter estado presente durante esse percurso com a sua forma peculiar de cuidado.

Agradecimentos especiais às minhas tias: Eliane, Gracilene, Lilian e Mirtes. Aos meus primos e primas: Alexandre, Berg, Gabriel, Isabelle, Josy, João Vittor e Victor Hugo. E, com todo o amor que me for possível, às minhas crianças, que são por quem eu luto por um mundo melhor sempre que posso: Benjamin, Jorge Lucas, Lucas Gabriel, Maria Valentina, Miguel, Victória e Sophie.

Aos meus laços de amizade da UFMA, estabelecidos através das nossas diferenças individuais e pelos afetos positivos cultivados nesses 5 anos de jornada: Adriana, Alberto, Laíse, Loyane, Pedro, Renata, Telis e Valentina. Como diria Alberto: Mimosas, sem vocês não dá. Fato!

Aos meus amigos e amigas de outros tempos, pela força que me deram e pela confiança que sempre depositaram em mim, além de terem permanecido até este tempo especial: Ana Paula, Arla, Ben-Hur, Gaby Farias, Ivanna, Ingrid, Jordana, Jordoa, Karol, Larissa, Manu, Mayrla, Nathalia, Nayla, Paula Tayane e Paulo Vinicius.

À sala do Centro Acadêmico de Psicologia da UFMA e aos seus frequentadores, por terem sido o acolhimento necessário e suficiente em tantos momentos: obrigada!

Aos meus amigos da UFMA, pelos encontros e sorrisos acolhedores pelos corredores: Alanna, Anderson, Camila, Carol, Creuziane, Crislenne, Edson, Emanuella, Fernanda, Gil, Isabela, Jayne, Johana, Kaio, Luciane, Luís Felipe, Luiza, Marcos, Miryan, Natássia, Ray Anderson.

À cinco pessoas, de forma bastante especial, por sempre estarem comigo independente de quaisquer variáveis e por serem mega afago, cada uma à sua maneira: Bianka, Hudson, Lairla, Paula e Sandro.

Ao meu orientador, prof. Ramon Alcântara, por ter sido inspiração antes mesmo de saber, por me abrir novos caminhos de percepção da realidade de forma bastante particular, ou melhor, decolonial.

A todo o corpo docente do curso de Psicologia da UFMA pelas possibilidades trocas de conhecimentos, de modo especial às pessoas pelas quais nutro muito carinho e agradeço por terem feito parte da minha caminhada acadêmica sendo inspiração para a minha prática profissional: Cláudia Aline, Denise Bessa, Larissa Lacerda (ex professora do curso), Maria Áurea e Rosane Miranda.

Agradeço de coração a todas as outras pessoas que serviram de inspiração ou força nessa minha caminhada especial.

RESUMO

O tema das relações étnico-raciais é de extrema importância para o enfrentamento do problema do racismo no Brasil. O presente estudo tem como objetivo analisar a produção científica acerca das questões étnico-raciais na Revista Psicologia Escolar e Educacional, entre os anos de 1996 a 2019. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: caracterizar o papel da Psicologia nas Políticas Públicas para a Educação das Relações Étnico-Raciais; identificar as principais temáticas étnico-raciais nas pesquisas na Revista Psicologia Escolar e Educacional; e problematizar a produção científica em Psicologia Escolar e Educacional, a partir das Políticas Públicas de Educação das Relações Étnico-Raciais. Este é um estudo do tipo estado da arte e foi realizado por meio de pesquisa inicial no próprio banco de dados no site da Revista Psicologia Escolar e Educacional, da Associação Brasileira de Psicologia Escola e Educacional e na plataforma de periódicos eletrônicos *Scielo*, a fim de selecionar publicações que tratem das questões étnico-raciais. Foram identificados e selecionados um total de 5 artigos e tabelados com as informações relevantes para a análise de dados, tais como títulos, autores e suas respectivas instituições/Estados, objetivos, metodologias, justificativas, referenciais teóricos, conclusões e ano de publicação. Em seguida, foram identificadas 7 categorias de análise e os artigos foram classificados de acordo com as categorias identificadas em cada um. Apesar de terem sido encontradas 7 categorias de análise, estas foram discutidas de forma incipiente no decorrer dos textos. As publicações no periódico em questão são significativamente escassas e esta realidade precisa ser transformada. Para que isso aconteça é necessário que as pesquisas e publicações sobre este tema sejam constantemente fomentadas e divulgadas, juntamente com as Leis 10.639/03 e 11.645/08.

Palavras-chave: Relações Étnico-Raciais; Educação; Psicologia Escolar e Educacional.

ABSTRACT

The field of ethnic and racial relations holds extreme importance to the confrontation of the problem of racism in Brazil. The present study aim to map the scientific productions regarding the questions of ethnicity and race on the Revista Psicologia Escolar e Educacional, between the years of 1996 to 2019. Thereunto, the following objectives were established: characterizing the role of Psychology in Public Policies to the Education of Ethnic and Racial Relations; identifying the main ethnic and racial themes in researches present in the Revista Psicologia Escolar e Educacional; and problematizing the scientific production in School and Educational Psychology, starting from the public policies of the ethnic and racial relations education. This study is classified as a state of art type and it was accomplished by initial research on the database present in the websites of Revista Psicologia Escolar e Educacional, of Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional and on the platform of electronic journals Scielo, aiming to select publications regarding the questions of ethnicity and race. Five articles were identified and selected, as well as tabulated with the relevant informations to the data analysis, such as titles, authors and their respective Institutions/States, objectives, methodology, justifications, theoretical references, conclusions and year of publication. Following that, seven categories of analysis were identified and the articles were classified according to the identified categories of each one. Although seven categories of analysis were found, those were briefly discussed. The publications on the journals were significantly scarce and this reality needs to be transformed. For this to happen, it's necessary that researches and publications on this matter are constantly fomented and publicized, along with the laws 10.639/03 and 11.645/08.

Keywords: Ethnic and Racial Relations; Education; School and Educational Psychology.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAPEE – Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CREPOP – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

ONU – Organização das Nações Unidas

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 PSICOLOGIA, EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	14
2.1 A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	15
2.1.1 Políticas públicas para educar a se relacionar étnico-racialmente.....	17
2.2 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL	18
2.3 A PSICOLOGIA E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	19
3 A ABRAPEE E A REVISTA DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL DIANTE DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL.....	22
3.1 MÉTODO.....	22
3.2 AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA REVISTA DA ABRAPEE: EM 23 ANOS, CINCO PUBLICAÇÕES	24
4 COTAS, LEI 10.639/03, FORMAÇÃO DOCENTE E OUTRAS CATEGORIAS: O QUE FOI PUBLICADO SOBRE ETNIA E RAÇA NA REVISTA DA ABRAPEE	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

A temática das relações étnico-raciais é um assunto que vêm conquistando espaço no Brasil nos últimos tempos, temos visto cada vez mais pessoas falando acerca deste assunto meios informais de comunicação e também nas redes sociais. Isto diz respeito não apenas a produções acadêmicas, mas sim a tudo o que constitui a vida cotidiana dos brasileiros, uma vez que esta se trata de uma população, indubitavelmente, multirracial. A partir disto, é possível inferir que as pessoas estão se interessando pelo assunto, e, conseqüentemente, por como essas relações se dão, como afetam as relações interpessoais e os ambientes, e ainda pela forma como este assunto pode contribuir para a construção e transformação de uma sociedade que está cada vez mais adoecida em decorrência dos preconceitos raciais que a assolam há séculos.

Apesar de essas questões manifestarem-se de modo pouco formal (não acadêmica), é certo que a escola, enquanto uma das instituições executoras das políticas públicas educacionais, possui um lugar de grande responsabilidade na condução de temáticas importantes como esta, no desenvolvimento dos sujeitos, e, por conseguinte, na construção de uma sociedade mais justa no que se refere à direitos fundamentais. A escola é um dos primeiros espaços de interação social que as crianças frequentam e os professores são, juntamente com os seus familiares, as primeiras pessoas em que elas confiam a sua possibilidade de crescimento pessoal e profissional, e, portanto, possui um papel central na vida dessas crianças (DESSEN E POLONIA, 2007). Além disso, as crianças possuem uma capacidade de aprendizagem via observação. Ou seja, eis a importância de se trabalhar questões étnicas e raciais nesses espaços, utilizando diversos instrumentos, e tendo o campo da educação como aliado. Assim, é possível transformar realidades epistemológicas, e com isso, práticas pedagógicas efetivas que contribuam para mudanças referentes a relações interraciais e de promoção de igualdade racial (GOMES, 2012).

Algumas práticas perpetuadas através da experiência colonial europeia no Brasil, como a da superioridade racial branca, geralmente silenciam as vozes negras a partir de práticas sutilmente veladas em que se desconsideram a sua dor e subjetividade. E a partir disso, práticas sociais, culturais, políticas, governamentais, também podem contribuir de forma bastante efetiva para naturalização dessas ideias. Além das práticas escancaradas,

quando relacionado ao mercado de trabalho, em que essas pessoas são descartadas injustamente apenas em decorrência da cor da sua pele; ou quando são impossibilitados e constrangidos em locais públicos pelo mesmo motivo; quando crianças negras são excluídas e colocadas à margem de um espaço físico em uma sala de aula porque tem uma cor diferente das outras; ou ainda quando são subestimados intelectualmente pelo mesmo motivo.

Dados coletados pelo Censo Escolar de 2015, aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), apontam que 24% das escolas brasileiras não discutem questões relacionadas ao racismo, ou seja, numa pesquisa com 52 mil diretores de escolas, em 12 mil delas não existem projetos com a temática do racismo. Porém, apesar desses dados serem numericamente significativos, o que se percebe quando se observa a realidade de perto é que, apesar de grande parte das escolas dessa pesquisa abordarem a temática do racismo, isso geralmente é feito de maneira insuficiente, quase imperceptível: uma aula em que se fala sobre preconceito de cor ou uma palestra no dia 20 de novembro para falar sobre o tema, mas que geralmente o palestrante não é negro.

Vale ressaltar que, inicialmente, esse trabalho tratava-se de uma pesquisa de campo. Contudo, o mundo inteiro foi surpreendido com uma pandemia viral, que além de já ter matado mais de 198 mil pessoas no Brasil, a proporção mundial é bem maior. E para além disso, há também desestabilização física, psicológica e econômica de grande parte da população. Além disso, concretamente, as escolas foram fechadas por conta das medidas sanitárias de distanciamento social. O que provocou a necessidade de mudança na pesquisa.

Educação e relações étnico-raciais, embora a priori sejam dois assuntos de certa complexidade, no sentido de que essa interseção é negligenciada em discussões acadêmicas, é algo que necessita de questionamento e enfrentamento a todo o momento. Calar-se diante de dados tão expressivos como os da ONU Brasil que aponta que um jovem negro é morto a cada 23 minutos no Brasil, é desamparar e marginalizar ainda mais uma população já tão sofrida historicamente. Eu, enquanto estudante negra de Psicologia, sou tocada por esta temática outrora tão ignorada, e me chama atenção de maneira bastante pessoal. E mais: leva-me a querer entender de que modo essa realidade se faz presente a ponto de que esta seja uma temática aparentemente pouco importante.

Além disso, questões estéticas como as da ditadura da beleza, como bem aponta Naomi Wolf (2020), em seu livro *O mito da beleza*, que endeuza e põe em evidência um padrão de beleza determinado, de mulheres altas, magras e brancas e homens brancos, malhados, de barba bem desenhada; intelectuais: uma vez que o negro é, naturalmente subestimado, ou quando suas produções científicas ou capacidades intelectuais de passar em um concurso público ou de publicar um artigo numa revista altamente qualificada são questionadas em decorrência da cor da pele; e até psicológicas: na medida em que a saúde mental e biológica da população negra é negligenciada e desconsiderada, como em comentários do tipo “negro tem mais melanina, então pode trabalhar mais sob o sol” ou “aquele homem é negão, coloca ele pra carregar o mais pesado porque ele tem mais força”.

Questões relacionadas à população negra, ainda no século XXI, são bastante esquecidas e, apesar de terem crescido, ainda são pouco faladas, falta muito para chegarmos num ponto em que os direitos civis serão de fato direitos de todos.

O que se objetiva aqui, através do mapeamento e análises das publicações acerca das relações étnico-raciais da Revista *Psicologia Escolar e Educacional* – periódico da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRABEE) – é caracterizar o papel da Psicologia nas políticas públicas de educação das relações étnico-raciais, identificar as principais temáticas étnico-raciais na pesquisa em Psicologia Educacional e Escolar e problematizar as produções científicas acerca do assunto a partir das políticas públicas de educação das relações étnico-raciais. E assim, promover reflexões e pensar em práticas que contribuam para a promoção de igualdade racial, de equidade de direitos e de enfrentamento ao racismo.

Falar sobre as questões étnico-raciais é, de certa forma, conceder de volta a um povo um espaço que lhe foi tirado à força. As vozes negras são caladas e aparentemente, uma vez que a existência do racismo é negada, isso não constitui um problema social, considerando que algumas práticas acabam sendo esquecidas ou subjugadas. Vide as mortes de Marielle Franco¹, Moa do Katendê e a da família negra assassinada com 80 tiros no Rio de Janeiro, em um intervalo de um ano apenas.

Escrever e pesquisar sobre isso é resistir à uma história violenta de captura de território, físico e não-físico; é resistir às imposições sociais e políticas baseadas numa ideia de superioridade racial. Propor práticas de enfrentamento ao racismo, seja na escola, que é um espaço social de interação e produção de saberes, seja na conquista de espaço

científico na forma de publicação em periódicos, é lutar por sujeitos cada vez mais capazes de lidar com as diferenças e de entendê-las como possibilidade de crescimento. E é nesse contexto que as identidades – pessoais e profissionais – se constroem, é nesse contexto também que crianças crescem sem saber quem são, ou sem saber por que motivos são tratadas ou tratam outras pessoas de formas diferentes.

Quando se trata de questões étnico-raciais no Brasil, principalmente, há muito o que se falar. Primeiro, o quanto que cruel e paradoxalmente há inúmeras práticas de embranquecimento, contribuindo cada vez mais para a formação e manutenção de uma sociedade racista. Decerto que há uma engrenagem imensamente maior do que ações individualizadas por trás da teoria persistente de que ‘pardo’, por exemplo, é considerada uma raça. Tais engrenagens mantêm um sistema cruel de diferenciação baseada em cores e características fenotípicas e culturais que, além de tudo, ainda assumem caráter negativo e do que não agrega valor, nem moral, nem cultural e menos ainda monetário.

Desde sempre a população negra vive uma realidade de lutas pela conquista de espaço, e no início do século XXI a educação tornou-se um forte e importante instrumento e aliado de resistência do Movimento Negro (GOMES, 2017). É claro que a educação não é a solução mágica para o fim dessas heranças coloniais de diferenciação e julgamento por raça e cor, assim como não é a causa exclusiva desse problema, mas o que se percebe é que ela possui uma enorme parcela de responsabilidade na produção de conhecimentos gerais, científicos e conhecimentos sobre si e os outros; contribui na produção de quadros sociais, políticos e culturais; e ainda constrói critérios de diferenciação em meios competitivos como o mercado de trabalho, entradas nas universidades, entre outros.

A luta do Movimento Negro em prol de um lugar no campo da Educação e na produção de conhecimentos é legítima. E nós não deveríamos lutar tão arduamente por isso uma vez que é garantido a todos, de acordo com o artigo 205 da Constituição Federal (Brasil, 1988). Não deveríamos lutar para que a construção da identidade de uma criança negra fosse considerada dentro de uma escola, isso deveria ser intrínseco. Mas, como não é e como ainda temos muitos livros a povoar, continuaremos nessa luta a fim de que políticas públicas efetivas sejam planejadas e executadas para que o racismo, que na verdade é uma prática até vergonhosa (peço licença para o julgamento pessoalmente valorativo), seja erradicado e que as diversidades, tanto étnico-raciais quanto sexuais sejam consideradas com a naturalidade com que existem (e resistem) no mundo.

Não é difícil perceber a presença da ausência da Psicologia nesses debates, reiterado também pela pesquisa em questão, em que numa revista nacional que relaciona Psicologia e Educação e tem publicações há 24 anos, foram encontradas apenas 5 publicações que tratam especificamente sobre questões étnicas e raciais.

E, considerando a importância desta ciência na constituição de cidadãos conscientes de seu papel enquanto constituintes de relações étnicas e interraciais, eis neste trabalho a possibilidade do aumento da produção científica que fale abertamente sobre tais assuntos e, conseqüentemente, transforme a realidade de desigualdades.

Este trabalho, além desta introdução, possui um capítulo, em que são discutidas as relações entre Psicologia, Educação e Relações Étnico-Raciais; um segundo capítulo, no qual são caracterizadas as publicações da Revista em torno da questão étnico-racial; um terceiro capítulo, onde se discute os resultados do mapeamento; e as considerações finais.

2 PSICOLOGIA, EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Partindo de uma perspectiva nacional, segundo Nunes (2018), a história da Psicologia enquanto ciência esteve diretamente ligada à Educação, a qual teve uma significativa importância na expansão desta ciência. O desenvolvimento da Psicologia sempre possuiu um direcionamento, e este, por sua vez, esteve muito ligado aos interesses dos grupos dominantes e, conseqüentemente, ao capitalismo. Não se pode fugir disso uma vez que a própria história dos cursos de Psicologia no mundo, foi sobre um direcionamento em favor das elites e do controle dos corpos e das subjetividades, embora esses objetivos não tenham sido apresentados de forma tão abertamente.

A educação é algo que está para além de um espaço físico ou uma definição óbvia e fechada em si mesma, uma vez que é uma das primeiras instituições da vida de um indivíduo. A partir da leitura de Brandão (1981), percebe-se a existência de contextos, ensinamentos e modos de vida diferentes, e talvez até opostos, mas que não assumem caráter anulatório entre si. E isto é bem evidenciado nos efeitos da colonização, que vemos conseqüências até os dias de hoje: a educação “proposta” pelos colonizadores não serviu aos povos colonizados. E, apesar da suposta liberdade sugerida pela Educação, ela também pode tornar-se, de certa forma, limitadora, dependendo de como é usada.

Entendemos educação como prática social humanizadora, intencional, cuja finalidade é transmitir a cultura construída historicamente pela humanidade. O homem não nasce humanizado, mas torna-se humano por seu pertencimento ao mundo histórico-social e pela incorporação desse mundo em si mesmo. A historicidade e a sociabilidade são constitutivas do ser humano: a educação é, nesse processo, determinada e determinante (ANTUNES, 2008).

Hooks (2017) traz em sua belíssima obra intitulada “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade” informações talvez inéditas sobre a sua jornada de duas décadas na docência, profundas reflexões e depoimentos acerca desse modo assumido pelo sistema de executar a educação. Além disso, é possível a identificação de bases como Paulo Freire e das críticas à educação bancária e seus anseios acerca da educação libertadora: sobre métodos, metodologias, características relacionais e tantos outros constituintes da educação na escola.

Tanto Antunes (2008) quanto Hooks (2017), apesar da distância significativa dos escritos, suscitam reflexões sobre um sistema já teoricamente “falido” de ensinamento,

em que a educação bancária se instalou de tal forma que a simples tentativa de mudança ou de instalação de outros métodos sejam vistos como tentativas indiscriminadas de regressão, quando na verdade, trata-se justamente do contrário: progresso.

Nesse sentido, o que se pensa aqui, além dos objetivos propriamente ditos, é o anseio por uma educação como prática da liberdade, tanto no sentimento de movimentação dentro de espaços físicos, como no sentido de ocupação de lugares virtuais, isto é, a conquista de espaços que carregam prestígio para se discutir questões marginalizadas, como: machismo, desigualdade social, preconceitos e, aqui de forma especial, as questões desse mal que assola a sociedade já há tanto tempo: o racismo.

2.1 A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A educação formal, enquanto uma instituição importante para o desenvolvimento da sociedade, sempre teve um lugar de grande prestígio no que se refere à legitimidade do conhecimento científico e à construção de epistemologias dominantes. E embora os espaços educativos não tenham sido os únicos lugares de desenvolvimento, não é 'O' lugar das diretrizes educacionais, foi nesses espaços também que se desenvolveram discussões e configurações até se chegar na lei que institui a obrigatoriedade do ensino da história afro-brasileira e africana no Brasil (Brasil, 2003).

A atuação do profissional da psicologia no ambiente escolar ainda é bastante controversa entre os próprios profissionais da área, pois muito ainda é desconhecido. Este profissional, ao contrário do que pode parecer, não deve apenas resolver problemas, prestar informações, fazer orientações ou aplicar técnicas de dinâmicas de grupo, mas também pode fazer pesquisa em educação, uma vez que esta é importante para descobrir novos métodos, técnicas e recursos que podem servir para ajudar a escola na identificação dos problemas e suas possíveis soluções (COSTA, SOUZA E RONCAGLIO, 2009).

Tais pesquisas podem estar ligadas, ainda, à visibilidade da temática das relações raciais dentro da escola, onde projetos podem ser criados nesse sentido, e não apenas servindo aos discentes, mas sim a todos os atores que compõem a escola, ou melhor, projetos que acompanham as políticas educacionais, tanto a níveis nacionais como a níveis estaduais e municipais. O que se objetiva, portanto, é a democratização verdadeira do acesso às informações reais acerca da história da escravidão e dos povos que, infelizmente, foram protagonistas desta barbárie. E a partir disso, com informações verdadeiras e formas democráticas de transformação da realidade da educação no Brasil,

partindo de um trabalho não só interdisciplinar, mas também transdisciplinar, onde saberes se fundem a fim de um objetivo comum: a promoção da igualdade racial, em todos os níveis de ensino, e especialmente considerando a formação das identidades – principalmente as étnico-raciais – das crianças negras, a partir da inclusão e do reconhecimento da negritude, da africanidade e de todas as outras características referentes à população negra, junto da desconstrução de estereótipos racistas.

Estereótipos de variados tipos se colocam há tempos como instrumentos de definição de povos. Não há, infelizmente, surpresa alguma quando alguém relaciona uma família negra à pobreza, configurando cor a esta. E mais ainda: contribuído de forma velada para a perpetuação do racismo.

Durante muito tempo – ou pelo menos o tempo que lembro sobre os meus estudos antes da graduação – essa associação era feita muito naturalmente, sem nenhum questionamento, por ninguém, e aqui eu me incluo. Nunca parei para refletir ou questionar por que a maioria das pessoas negras que eu conhecia era pobre. Decerto que esta realidade é, também, reflexo da escravidão. Sim, a escravidão acabou: os negros foram libertados! Mas a realidade posterior a isto, na verdade, continuou a marginalizar estes escravos: nenhuma política pública, de inclusão ou reparação histórica. Nenhuma perspectiva de política educacional futura, para que estas pessoas, já adultas, pudessem ter as mesmas possibilidades de desenvolvimento de quem já estava ali, estudando, trabalhando, com condições humanas para a sobrevivência. Então não é justo quando se relacionam as realidades socioeconômicas das pessoas negras às questões meritocráticas. Na verdade, isto é dar continuidade a lógica escravocrata. Todas as coisas consideradas boas na história do Brasil jamais foram associadas à negritude. Como bem disse Santos (2014):

[...] Em literatura brasileira e língua portuguesa ocultavam a origem racial de autores como Machado de Assis. Na minha cabeça, ele só podia ser branco, já que considerado por todos como um “grande escritor”. Para ser justo, até se fala no Egito: porém, não como parte da “África negra” e sim como pertencente ao mundo árabe. Para justificar o que entendiam ser uma contradição ter existido uma civilização tão avançada e sofisticada no mundo antigo, em um continente que julgavam atrasado e à margem do mundo civilizado, chegavam a deslocar o Egito para a Europa! (p.47-48)

A partir do exposto, falaremos sobre as políticas educacionais brasileiras e, posteriormente sobre as Leis Federais nº 10.639/03, que trata sobre o ensino da história e

da cultura afro-brasileira e africana e 11.645/08, que versa sobre a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira e indígena para a sociedade brasileira, além das Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Ao retomarmos um pouco da história das políticas educacionais brasileiras na década de 1990, percebemos que tudo o que se constituiu a partir de tal momento girava em torno do capitalismo e do caráter mercadológico da educação. As construções das políticas eram diretamente ligadas a questões quantitativas (SANTOS; COELHO, 2015).

O que se pretende é abordar a partir da história da interface entre a psicologia e a educação, aspectos e práticas comuns a essas duas grandes áreas que possuem uma relação de complementaridade. E, além disso, relacioná-las, ou melhor, identificar qual a interseção que se faz entre tais áreas de conhecimento e a prática com as políticas públicas educacionais.

2.1.1 Políticas públicas para educar a se relacionar étnico-racialmente

O oferecimento de uma educação de qualidade a todos os cidadãos brasileiros e o acesso a esta é um direito de todos, assegurado pela Constituição Federal de 1988. Para tal, existe o Ministério da Educação (MEC), órgão federal que faz parte da administração direta, no que se refere à educação brasileira e tem o dever de regulamentar o que se refere à política nacional de educação.

Dessa forma, ações regulamentadoras tornam-se necessárias, assim como o desenvolvimento de uma educação inclusiva, democrática e justa. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana visam a regulamentação das alterações feitas nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a fim de assegurar políticas de ações afirmativas. Isto é, ações de reparação e valorização, que visem o reconhecimento e a legitimidade dos aspectos históricos e culturais Africanos e Afro-brasileiros.

Assim sendo, esta política reafirma o compromisso do Estado com relação às demandas da população negra brasileira e do Movimento Negro relacionados ao acesso à uma educação de qualidade e mecanismos de permanência nos espaços educativos.

Além disso, as Leis 10.639/03 e 11.645/08, a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) – atualmente vinculada ao Ministério da Justiça e Cidadania – e a instituição da Política Nacional de Promoção de Igualdade

Racial também são ações importantes para o enfrentamento do racismo no campo da educação.

2.2 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

O Brasil, como sabemos, foi colonizado pelos portugueses no século XVI. Essa experiência de colonização trouxe consigo desde ideais de civilização e de desenvolvimento, uma vez que, segundo eles, as pessoas encontradas aqui não eram civilizadas. A partir dessa ideia importada como o imperativo político de conquista de espaço, os brasileiros foram se tornando cada vez mais europeizados, uma vez que toda a ideia girava em torno de uma supremacia europeia. Não obstante, essas ideias foram se perpetuando no Brasil, sorrateiramente, uma vez que era incorporada sob o discurso capitalista de desenvolvimento.

No decorrer do tempo e da história, após discussões e outras formas de resistência, foi-se implantando a ideia de que no Brasil há uma democracia racial, que significa, grosso modo, que as relações entre escravos e senhores eram cordiais e que as relações raciais no Brasil eram algo pacífico e amigável, baseada em relações harmoniosas de equidade de possibilidades e direitos e, portando, não existindo racismo. Entretanto, não é difícil que vejamos por aí inúmeras histórias de discriminação em função de cor e de outros traços fenotípicos, caracterizando o racismo existente e afirmando a democracia racial como um mito. Isso contribui de forma bastante significativa para as relações étnico-raciais da forma como se constituem atualmente. Se percebermos, lugares historicamente elitizados – apesar de grande parte da população não se identificar como racista – ainda possuem grande parte de frequentadores brancos; ou ainda nas escolas, mesmo as públicas, quando nem 50% dos estudantes são negros, e menor ainda é o quantitativo de professores negros.

No livro do d'Adesky (2005), *Pluralismo Étnico e Multiculturalismo: racismos e anti-racismos*, pode-se observar parte da historiografia sobre o que aconteceu em relação às experiências de conquistas de espaços, principalmente ao que se refere à história da colonização brasileira. A noção de grupo étnico perpassa e se constrói tomando como fundamentais os conceitos de identidade étnica, identificação e pertencimento. O primeiro, ao fazermos uma viagem de volta ao século XVI, pode-se identificar que, claramente, há diferenças entre os povos que chegam, ou seja, os chamados os grupos étnicos.

Posteriormente, faz-se necessário abordar a questão dos conceitos de identidade e de pertencimento. Quando uma pessoa, partindo de sua própria história de vida e vivências, possui traços que condizem com um determinado grupo étnico, coloca-se à linha de frente em relação as lutas deste grupo e identifica-se e é identificado como participante real deste, diz-se, então, do conceito de identificação. E quando alguém chega em lugar, em uma tradição, cujo grupo não necessariamente e consensualmente o reconhece enquanto participante, mas ele, apesar disso, se reconhece, eis o conceito de pertencimento, ou seja, uma pessoa que nasceu na Angola, por exemplo, certamente é angolano, pois nasceu e pertence àquele lugar. Mas também é possível que ele vá embora da Angola com 5 anos de idade para um outro país, totalmente diferente, incluindo cultura, tradições, modos de ser, de viver e de comportar-se, e assim, não se identificar com a cultura angolana após um tempo (D'ADESKY, 2005).

2.3 A PSICOLOGIA E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Segundo Santos, Schucman e Martins (2012), o pensamento psicológico brasileiro pode ser dividido, basicamente, em três momentos: o primeiro, relativo ao período de tempo do final do século XIX ao início do século XX, tendo como principal característica a Escola Nina Rodrigues, onde se buscou estudar e ratificar a ideia do negro, escravos e ex-escravos como sujeitos psicológicos que possuíam características psicológicas negativas e perigosas, inclusive associadas às teorias criminais, devido à sua negritude; o segundo momento, entre os anos de 1930 e 1950, onde, ao contrário do primeiro momento, o determinismo biológico das raças declinava e uma outra face da Psicologia vinha a tona: a da crítica e desconstrução dessa ideia; e por fim, o terceiro momento, desde 1990 até a atualidade, em que as discussões sobre as relações étnico-raciais e os efeitos psicológicos causados pela tentativa de branqueamento da população brasileira cresciam (e continuam crescendo) cada vez mais.

A partir disso, é possível perceber que as questões sobre o racismo, negritude, etnia e branqueamento e branquitude sempre estiveram no meio das discussões da Psicologia, embora não tenham estado da forma como deveria, ou seja, como questões discutidas a fim de se acabar com uma realidade que desde o início buscou inferiorizar a população negra e colocar os brancos como padrão para tudo de positivo, moral e aceitável da sociedade – desde os padrões de beleza até o monopólio das epistemologias europeias. Essas tentativas continuaram durante o segundo momento supracitado, como

é possível perceber no fato de que, a partir da década de 1930, os negros e mestiços recebiam muito mais diagnósticos de doenças mentais do que os brancos (SANTOS, SCHUCMAN E MARTINS, 2012).

Considerando o racismo enquanto um mecanismo estruturante da sociedade, e aqui, especificamente, da brasileira, torna-se incoerente falar sobre as relações étnico-raciais no Brasil sem mencionar o racismo estrutural. Segundo Almeida (2020), é o mecanismo mantenedor de desigualdades, principalmente a racial, que serve a uma ordem social e se caracteriza como a forma como se constituem as relações interpessoais, jurídicas, políticas, econômicas, entre outras.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) publicou em 2017 a referência técnica ‘Relações Raciais’ elaborada juntamente do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), com o objetivo de subsidiar a atuação profissional de psicólogas e psicólogos brasileiros, a partir da adoção de uma postura antirracista.

Para fins de contextualização, torna-se relevante a explicitação da dimensão histórica da temática racial, desde os anos de escravização até as formas atuais de manutenção do racismo. Para tanto, o CFP (2017) traz em seu primeiro eixo algumas informações para que possamos entender esse sistema de manutenção de desigualdades. Temos como marco inicial brasileiro a colonização dos portugueses e o genocídio dos povos indígenas que já habitavam o país; em seguida, é possível falar da resistência desses povos, desde revoltas até suicídios, o que culminou, depois de muita luta, no fim da escravização. E, por conseguinte, novas formas de tentativas de inferiorizar os povos negros também apareceram, como por exemplo, a imigração maciça de europeus a fim do branqueamento dos povos negros, mito da democracia racial e outras teorias racialistas como alicerce para o racismo (CFP, 2017).

A psicologia tem cada vez mais se colocado ativa frente as questões relacionadas ao racismo, tanto no que se refere a inclusão desses temas em congressos, jornadas, simpósios, quanto nas publicações. Apesar de isso ser um fato e de a realidade ter se movimentado em direção às discussões mais frequentes, por outro lado, algumas realidades pouco se movem. Ou seja, ainda que essas questões se apresentem com necessidade de discussão, elas não têm aparecido tanto como constituinte transversal nos cursos de formação de psicólogos. A saber: o curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão foi criado no ano de 1990 e o início de seu funcionamento se deu em 1991, e até o ano de 2017 essas não eram questões presente no projeto pedagógico do curso,

assim, não existindo disciplina específica até este ano. Essa realidade só mudou por conta das demandas que começaram a aparecer dos próprios discente e a partir disso, com a chegada do professor Ramon Alcântara no corpo docente da graduação. Ainda assim, apesar de ter aumentado o número de mini cursos em seus eventos acadêmicos, como a Semana de Psicologia, o curso ainda não foi capaz de refazer o seu planejamento a fim de colocar esse tema presente desde o primeiro período do curso. É necessário e urgente que isso aconteça, mas também é importante salientar que isso é algo que passa pela questão do racismo institucional, reproduzido no âmbito das instituições, a serviço de um mecanismo maior e estrutural.

Uma pesquisa realizada por Martins, Santos e Colosso (2013), que teve como objetivo investigar de que forma as questões das relações étnico-raciais têm sido investigadas pela Psicologia, com o recorte temporal de 2000 a 2009, utilizando as publicações de periódicos das plataformas SciELO e Lilacs. Foram analisados 41 artigos que tratam do tema, encontradas 4 categorias: 1) Novas formas de compreensão do preconceito, 2) Racismo: história e ideologia, 3) Identidade étnico-racial e manifestações culturais e 4) Recepção das ações de promoção da igualdade étnico-racial pela sociedade brasileira. Os autores consideram que a Psicologia tem cada vez mais se colocado num lugar decisivo para o avanço dessas discussões e para a promoção de igualdade racial, mas ao mesmo tempo de forma lenta. E que as pesquisas têm se engajado na compreensão das novas formas de preconceitos que estão surgindo.

Essa realidade também é perceptível, a partir do objetivo deste trabalho de conclusão de curso e de minuciosa pesquisa na Revista de Psicologia Escolar e Educacional, a qual possui publicações que relacionam a Psicologia e a Educação desde 1996, com cerca de duas a três edições por ano, e ainda assim o número de publicações que tratam dos temas ligados ao racismo e às relações étnico-raciais não passam de cinco. E a considerar os números e a importância dessa discussão, o que se pode questionar é: por quais motivos essa não tem sido uma questão a ser pesquisada e publicada por uma revista tão importante, não apenas para a psicologia, mas para a própria educação?

3 A ABRAPEE E A REVISTA DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL DIANTE DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL

A Psicologia é uma ciência que pode fazer intersecções com várias outras áreas de conhecimento, inclusive com a Educação. A Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional é uma associação, sem fins lucrativos, que foi fundada no ano de 1990 por um grupo de psicólogos que buscavam o reconhecimento da importância e a presença do profissional da Psicologia no ambiente escolar (ABRAPEE). Além disso, possui alguns objetivos: fomentar o crescimento da Psicologia enquanto ciência e profissão por meio do desenvolvimento de estudos e pesquisas na área da Psicologia Escolar e Educacional, buscando estimular a realização de estudos científicos, divulgar atividades práticas e de pesquisas dos psicólogos da área, estimular e apoiar a criação de grupos de estudos, entre outras ações.

Dessa forma, a Revista de Psicologia Escolar e Educacional é um dos instrumentos utilizados para o desenvolvimento desta área, uma vez que é uma importante fonte de informação científica acerca do que se tem pesquisado e desenvolvido sobre Psicologia e Educação. Também por este motivo essa foi a revista escolhida para que o presente trabalho acontecesse, além do interesse especial em pesquisar e contribuir para a ampliação das discussões acerca das questões do racismo e étnico-raciais.

3.1 MÉTODO

É importante enfatizar que o presente trabalho precisou passar por adaptações: inicialmente tratava-se de uma pesquisa de campo que seria realizada dentro de uma escola pública em São Luís - Maranhão, com o objetivo geral de investigar as possibilidades de atuação da Psicologia na educação das relações étnico-raciais nos primeiros anos do ensino fundamental, mas acabou se tornando inviável por conta do fechamento das escolas. Portanto, após adaptação, propôs a realização de um estudo do tipo “estado da arte”, de caráter qualitativo.

Do ponto de vista ético, o projeto de pesquisa foi encaminhado a Coordenação de Monografia do curso de Psicologia, onde, após análise dos pareceristas, obteve parecer favorável à sua continuidade enquanto uma pesquisa qualitativa de campo. Entretanto, como já supracitado, por motivos que fogem ao meu controle pessoal, o trabalho atual

precisou ser adaptado de forma a continuar numa mesma linha de pesquisa, mas como um trabalho de pesquisa exploratório. Enquanto pesquisa bibliográfica, não precisou passar pelo Comitê de ética.

Para a coleta de dados, inicialmente houve uma pesquisa geral em plataformas eletrônicas de publicações e repositórios online de monografias a fim de se identificar a possível existência de um trabalho com os mesmos objetivos. Na sequência, houve uma pesquisa documental na Revista de Psicologia Escolar e Educacional da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) e na plataforma de periódicos eletrônicos *SciELO Brazil*, utilizando os seguintes descritores: “raça”, “racismo”, “relações étnico-raciais” e “preconceito racial”, a fim de selecionarmos as publicações feitas de 1996 (primeira edição da revista) a 2019 (edição mais recente). A pesquisa foi realizada no mês de setembro de 2020 pela própria autora.

Anteriormente, o objetivo da pesquisa era selecionar as publicações que tratavam das temáticas do racismo e das relações étnico-raciais no período dos últimos dez anos de publicação, mas quando foi percebido que o número de publicações era bem menor do que o imaginado, entendemos que a pesquisa deveria ser ampliada a fim de que todas as edições fossem incluídas. Apesar desta mudança bastante significativa, a quantidade de publicações continuou como um número inacreditavelmente exíguo, contando com apenas 5 publicações. Desta forma, o recorte de tempo da pesquisa foi aumentado, do ano da primeira publicação (1996) até a edição mais recente (2019).

Foram encontradas diversas publicações em que apareciam o termo “preconceito” no seu resumo, mas após a leitura do resumo e uma leitura flutuante e individual de cada publicação, estes foram desconsiderados, uma vez que não atendiam ao critério e não se falava de preconceito racial especificamente, mas sim de outros tipos de preconceito, como o gênero e classe. E em relação a este fato, penso que este seja um ponto a ser destacado: quando se fala de preconceito, pode-se entender este enquanto prática ampla de tentativa de desvalorização ou mesmo marginalização de quem o sofre, mas é preciso entender também que existem vários tipos de preconceito e por este motivo deve ser especificado no espaço do resumo do trabalho.

Em seguida, foi feita a leitura integral dos documentos selecionados tendo como base o objetivo principal deste trabalho e feita a análise descritiva em forma de quadros. Cinco quadros foram construídos a fim de descrever as informações principais de cada artigo selecionado para a análise, contendo informações como, por exemplo, título,

autor(es), estados e/ou instituições dos autores, objetivos, metodologia, justificativa, referenciais teóricos, conclusões e ano de publicação de cada publicação. Posteriormente, um outro quadro foi construído a partir da leitura integral de cada publicação e é constituída pela categorização dos temas mais recorrentes nas publicações.

No que diz respeito à análise dos dados, estes foram coletados tendo como fonte exclusiva a Revista de Psicologia Escolar e Educacional da ABRAPEE e para fins de análise do *corpus*, será utilizado o método de análise de conteúdo, que, segundo Campos (2004), consiste basicamente nos seguintes passos: I) executar uma exploração prévia ou mesmo leitura flutuante dos textos que serão analisados; II) em seguida, fazer a seleção das unidades de análise, também chamadas de análise de significado; e III) desenvolver o processo de categorização e subcategorização de cada unidade encontrada.

3.2 AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA REVISTA DA ABRAPEE: EM 23 ANOS, CINCO PUBLICAÇÕES

A seguir são divulgados os resultados obtidos através da pesquisa realizada no periódico da ABRAPEE através dos quadros a fim de facilitar a visualização.

Foram selecionados e analisados cinco artigos de acordo com os critérios estabelecidos e os quadros (QUADROS 01 a 05) a seguir contam com as informações importantes, a saber: título, autor(es), estado ou instituição do(s) autor(es), objetivo do trabalho, metodologia, justificativa, referencial teórico, conclusões e ano de publicação. E os artigos estão dispostos de acordo com a publicação mais recente ao menos recente.

QUADRO 01 - Artigo 01

Título	"Não é assim de graça!": Lei de cotas e o desafio da diferença
Autor (es)	1 Maria Rosimére Salviano de Moura; 2 Maria Ivonete Barbosa Tamboril.
Estado/Instituição	1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia: Porto Velho, RO, BR; 2 Universidade Federal de Rondônia, RO, BR.
Objetivo	Investigar a experiência de escolarização vivenciada por um grupo de estudantes

	cotistas, de um Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), por meio de dois grupos focais.
Metodologia	A pesquisa contou com 17 participantes divididos em dois grupos. Grupo 1: 5 estudantes de graduação e 3 de curso técnico na modalidade subsequente; Grupo 2: 9 estudantes de curso técnico na modalidade integrado. Foi utilizada a técnica do grupo focal e os dados foram analisados a partir da perspectiva de Análise de Conteúdos de Bardin (1997/2013).
Justificativa	O interesse das autoras para este estudo foi a percepção de que a aprovação da Lei de Cotas produziu discursos tensionados, favoráveis e também contrários à sua provação, muitas vezes contraditórios e polêmicos.
Referencial teórico	Carone, I.; Bento, M. A. S. (2012); Gatti, B. A. (2012).
Conclusões	A técnica de grupo focal mostrou-se profícua. Os participantes da pesquisa mostraram-se atentos à questão da reflexão e ampliação de informações sobre o tema. E a construção de espaços que oportunizem a desconstrução de discursos hegemônicos em relação aos cotistas e ao processo de desigualdades sociais é um importante campo de atuação e produção de conhecimentos para a Psicologia, especialmente, a Psicologia Escolar e Educacional.
Ano de publicação	2018

Fonte: construído pela própria autora

QUADRO 02 - Artigo 02

Título	Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica
Autor (es)	1 Fernanda Vieira Guarnieri;

	2 Lucy Leal Melo-Silva.
Estado/Instituição	1 Prefeitura Municipal de Orlandia - Orlandia SP, BR; 2 Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto – SP, BR.
Objetivo	Este estudo visa mapear e analisar publicações sobre cotas e as suas ideias centrais de uma década.
Metodologia	Este estudo é do tipo “estado da arte”. Foram utilizadas três bases de dados eletrônicas, utilizando os descritores: cotas; universidade; cotas universitárias; Brasil. Foram encontradas 109 publicações, organizadas em dois períodos: 2003 a 2008 (N=48), e 2009 a 2013 (N=61). Análise de Conteúdo – Bardin, L. (1977).
Justificativa	As autoras, diante do contexto complexo da discussão sobre a Lei de cotas, procuram entender se e de que modo a produção de conhecimento no Brasil acompanhou a solidificação dessa política de ação afirmativa, como isso repercutiu e qual o estado da arte nesse domínio.
Referencial teórico	Athayde, F. L. O. (2010); Cardoso, C. B. (2008); Ferreira, N. S. A. (2002).
Conclusões	Este estudo enfatizou as abordagens de diferentes estudos sobre Cotas Universitárias no Brasil; identificou cinco categorias de análise que representam a produção científica brasileira de uma década. Ao final são propostos tópicos relevantes para a evolução da discussão sobre o tema.
Ano de publicação	2017

Fonte: construído pela própria autora

QUADRO 03 - Artigo 03

Título	Brinquedos e brincar na vida mulheres educadoras negras
Autor (es)	1 Marilda Castelar; 2 Flávia Cristina Silveira Lemos; 3 Jamille Georges Reis Khouri; 4 Thais Andrade.
Estado/Instituição	1 Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública – Salvador – BA – BR; 2 Universidade Federal do Pará – Belém – PA – BR; 3 Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública – Salvador – BA – BR; 4 Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública – Salvador – BA – BR.
Objetivo	O artigo buscou problematizar como o analisador brinquedos e brincadeiras na escola modulou a construção da mulher negra e da mulher negra educadora.
Metodologia	É uma pesquisa de caráter qualitativo. Foram utilizados como recursos metodológicos: a história oral e entrevistas gravadas e transcritas com oito mulheres, professoras negras, em Salvador (BA). Foi realizado levantamento bibliográfico e revisão da literatura. As análises foram feitas pela análise de conteúdo de Bardin.
Justificativa	As práticas escolares devem interrogar a produção e reprodução dos padrões comportamentais e estéticos, os quais operam relações de discriminação negativa de gênero e raciais.
Referencial teórico	Bento, M. A. S. (2012); Costa de Souza, Y. (2010).
Conclusões	O brinquedo e a brincadeira apareceram como analisadores do racismo e estereótipo de gênero na educação escolar, implicando no sofrimento das crianças. Sugere-se a adaptação curricular no trabalho escolar, considerando a promoção da equidade escolar.

Ano de publicação	2015
--------------------------	------

Fonte: construído pela própria autora

QUADRO 04 - Artigo 04

Título	Psicologia e Ensino das Relações Étnico-Raciais: uma experiência na formação de professores
Autor (es)	Bianca Barbosa Suleiman
Estado/Instituição	Universidade Federal de Santa Catarina
Objetivo	O objetivo geral deste estudo foi apresentar a Lei 10.639/03, promover reflexões acerca das questões raciais no Brasil, bem como fomentar as discussões para capacitar os professores a orientar demandas sobre o ensino das relações étnico-raciais.
Metodologia	A prática ocorreu durante a Semana do Magistério, contando com a participação de 30 alunas do curso e foi feita por meio de uma oficina, com duração de 3 horas e dividida em três momentos. Não foi possível identificar o referencial teórico principal do artigo.
Justificativa	A autora optou pela temática, uma vez que já vinha pesquisando e coletando materiais sobre e também por considerar um tema de extrema relevância social e acadêmica, tanto na prática docente quando na prática pedagógica.
Referencial teórico	Conceição, M. T. (1999); Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003 (2003).
Conclusões	A Psicologia tem muito a contribuir no processo de formação de professores ao evidenciar como se dá a constituição do sujeito na relação com a cultura, desnaturalizando preconceitos e estereótipos sobre as relações sociais e étnico-raciais do país.

Ano de publicação	2014
--------------------------	------

Fonte: construído pela própria autora

QUADRO - Artigo 05

Título	Preconceitos na escola: sentidos e significados atribuídos pelos adolescentes no ensino médio
Autor (es)	1 Aliciene Fusca Machado Cordeiro; 2 Jully Fortunato Buendgens.
Estado/Instituição	1 Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) - Joinville - SC - BR; 2 Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) - Joinville - SC - BR.
Objetivo	Investigar os significados e sentidos atribuídos às situações de preconceito por adolescentes.
Metodologia	Na coleta de dados utilizou-se entrevista semidirigida com 12 estudantes entre 14 e 17 anos de uma escola pública e uma privada de Joinville, em seguida foram classificados 4 núcleos de significado a partir da análise das transcrições das entrevistas. As análises foram feitas pelo método de Análise de Conteúdos.
Justificativa	Os preconceitos são construídos ao mesmo tempo em que uma pessoa vai se desenvolvendo. A partir disso, as autoras buscaram identificar de que formas os preconceitos apareciam no contexto escolar e de que forma contribuía para inclusão/exclusão dos alunos.
Referencial teórico	Aguiar, W. M. J. (2006); Archangelo, A. (2005).
Conclusões	Foram citados diferentes tipos de preconceitos entre os estudantes entrevistados: características físicas (1),

	religião (1), maior ou menor desempenho na aprendizagem (3), comportamento (3), deficiências (3), homossexualidade (4) e ainda a questão racial (5).
Ano de publicação	2012

A partir das informações acima, faremos agora uma análise inicial acerca dos resultados obtidos durante o processo da pesquisa. Faz-se necessário apontar que, como percepção inicial, o que se pode observar de maneira bastante marcada foi a presença da ausência de estudos relacionados às questões raciais nas edições iniciais da Revista. E a partir disso, o que se pode inferir é que, mesmo quando a discussão sobre a implementação das Cotas Universitárias nos sistemas de ingresso à educação superior estava surgindo, ainda assim não apareceu como tema suficientemente importante a ser publicado. A primeira universidade brasileira a implementar o sistema de cotas foi a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em 2003, quando ainda não era obrigatório, uma vez que a Lei ainda não havia sido sancionada.

A partir disto, a primeira publicação encontrada, considerando a metodologia utilizada para a seleção dos artigos, foi em 2012, ano em que a Lei de Cotas era aprovada. Em relação aos títulos dos trabalhos selecionados, a variedade é significativa, uma vez que a temática é discutida e pesquisada a partir de variados pontos de partida, embora a o tema das cotas universitárias ganhem mais notoriedade, já que aparece em dois dos artigos.

De forma unânime, as autorias das publicações analisadas são de mulheres. Esta informação é importante para chamarmos a atenção da sociedade para que esse tipo de pesquisa seja fomentada também para uma maior variedade de pessoas, independente de sexo, gênero ou quaisquer outras formas de diferenciação humana, uma vez que essas questões devem ser discutidas por toda a sociedade, visando o fim da discriminação racial.

A pequena quantidade de publicações que tratem deste tema também é uma informação muito importante e que nos permite inferir que ainda é ínfimo o interesse em pesquisar e contribuir acadêmica e cientificamente para tais discussões e, conseqüentemente, para a superação do problema do racismo. Destaco que apesar das declarações absurdas dos atuais governantes federais em entrevistas, de que esse problema não existe no Brasil, a realidade nos leva à constatação contrária, uma vez que pesquisas e dados mostram que a proporção de negros no sistema carcerário cresceu 14%

em 15 anos e a de brancos, diminuiu 19% no mesmo período de tempo, como os do 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgando neste ano pelo Fórum Brasileiro de segurança Pública ou ainda quando a taxa de desemprego entre pretos e pardos continua maior que a de brancos, como apontam os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em relação às regiões de onde vêm os estudos selecionados, o Sul conta com a maior parte (40%), totalizando duas publicações no Estado de Santa Catarina, uma no Nordeste, no Estado da Bahia, uma no Norte, no Estado de Rondônia e uma no Sudeste, no Estado de São Paulo, cada uma totalizando 20%.

No que se refere às metodologias utilizadas, existe também uma certa variação dentro da categoria de estudo qualitativo, onde ambos se encontram, duas pesquisas utilizam a entrevista como principal recurso metodológico, uma utiliza oficina, uma faz um estudo do tipo estado da arte e a última pesquisa, conta com o grupo focal. E todas utilizam a Análise de Conteúdo, da Laurence Bardin, como procedimento de análise.

4 COTAS, LEI 10.639/03, FORMAÇÃO DOCENTE E OUTRAS CATEGORIAS: O QUE FOI PUBLICADO SOBRE ETNIA E RAÇA NA REVISTA DA ABRAPEE

É inquestionável que as problemáticas inerentes ao racismo e as relações étnico-raciais são temas importantes a serem discutidos, e não só por quem é vítima dos crimes de racismo ou de quaisquer outras formas de opressão advindas das teorias supremacistas, mas sim por toda a população, independente de sua descendência, crença ou cultura, uma vez que somos seres interacionistas e interdependentes.

Entender de que formas estão sendo apresentadas e discutidas questões que tangenciam as vidas dos brasileiros, especialmente em relação aos psicólogos brasileiros, é o que se coloca como força motriz desse trabalho. Assim sendo, no decorrer deste capítulo serão discutidas tais questões.

No QUADRO 06 a seguir são apresentados os dados obtidos através dos resultados deste trabalho, na qual 7 categorias de análise foram elencadas e identificadas através da leitura integral do *corpus* da pesquisa.

QUADRO 06 – Categorias de análise

Categorias de análise	Artigo(s)
1 Cotas Universitárias	01 (Maria Rosimére Salviano de Moura e Maria Ivonete Barbosa Tamboril) e 02 (Fernanda Vieira Guarnieri e Lucy Leal Melo-Silva).
2 Lei 10.639/03	03 (Marilda Castelar, Flávia Cristina Silveira Lemos, Jamille Georges Reis Khouri e Thais Andrade) e 04 (Bianca Barbosa Suleiman).
3 Psicologia do Desenvolvimento	03 (Marilda Castelar, Flávia Cristina Silveira Lemos, Jamille Georges Reis Khouri e Thais Andrade) e 05 (Aliciene Fusca Machado Cordeiro e Jully Fortunato Buendgens).
4 Formação docente	03 (Marilda Castelar, Flávia Cristina Silveira Lemos, Jamille Georges Reis Khouri e Thais Andrade) e 05 (Aliciene

	Fusca Machado Cordeiro e Jully Fortunato Buendgens).
5 Relações Étnico-raciais	04 (Bianca Barbosa Suleiman).
6 Representatividade	03 (Marilda Castelar, Flávia Cristina Silveira Lemos, Jamille Georges Reis Khouri e Thais Andrade).
7 Branqueamento e branquitude	03 (Marilda Castelar, Flávia Cristina Silveira Lemos, Jamille Georges Reis Khouri e Thais Andrade).

Fonte: construído pela própria autora

Considerando que esta pesquisa se configura como sendo do tipo “estado da arte”, o que se propôs, partindo da pergunta “Qual o estado da arte e de que forma está sendo tratada a temática das relações étnico-raciais na Revista Psicologia Escolar e Educacional da ABRAPEE?”, foi pesquisar, identificar e problematizar se existe e de que forma está sendo trabalhada um tema tão importante para a sociedade brasileira, principalmente no que se refere à sua interrelação com a Psicologia, e mais especificamente com a Psicologia Escolar e Educacional.

O que se pôde perceber a partir dos resultados desta pesquisa é que, como já citado anteriormente, o número de publicações que se referem às relações étnico-raciais ou ao racismo é significativamente pequeno, o número total de publicações do periódico, referente aos 23 anos de publicações analisados (1996 a 2019) é de 954. E em caráter de informação: antes da apresentação deste trabalho, foi publicada a edição de 2020, que eleva o número de publicações, totalizando 1004 publicações em 24 anos (1996 a 2020).

Tais resultados nos faz pensar ainda para além do que já nos trouxe até o ponto de pesquisar sobre essas questões. A negação do racismo por governantes liberais ou mesmo a existência do racismo recreativo, que como aponta Moreira (2019), é uma estratégia perversa de perpetuação do racismo e do privilégio branco que se utiliza do humor para encobrir o preconceito racial, possuem grande parcela de responsabilidade sobre os resultados desta pesquisa.

Trataremos inicialmente da primeira categoria, que pode ser nomeada como “Cotas Universitárias” e que aparece como eixo temático nos artigos 01 (Maria Rosimére Salviano de Moura e Maria Ivonete Barbosa Tamboril) e 02 (Fernanda Vieira Guarnieri

e Lucy Leal Melo-Silva. O que se torna interessante aqui, é perceber que, embora sejam tratadas como cotas universitárias, possuindo, portanto mais de um aspecto em que se pode ser encaixada, a que se sobressai, sem sombra de dúvidas, nas discussões no decorrer dos dois artigos, mas principalmente do artigo 02, são as questões relacionadas à categoria raça (abarcando aqui pretos, pardos e indígenas), em que há tanto concordâncias quanto discordâncias em relação à sua constitucionalidade e legitimidade. Ou seja, nenhuma ou pouca discussão sobre as categorias “renda per-capta”, “deficientes” ou “escola pública” da Lei 12.711/12 existe, mas sim, e com bastante veemência, o questionamento sobre a categoria raça. E no artigo 01, o que se tem é uma discussão e contextualização acerca das cotas, partindo de uma discussão em que se coloca esta conquista, que inclusive é também do Movimento Negro, enquanto ator político (GOMES, 2017), como um direito fundamental, e não algo que foi conseguido de graça, como o próprio título do artigo já diz.

Em relação a esta categoria, a discussão é bastante centrada nas questões que circundam o estabelecimento da Lei de Cotas 12.711/12 e os seus porquês, e embora algumas questões sejam respondidas, seria interessante que inicialmente fosse tratada de maneira contextualizada, passando pelo processo de colonização brasileiro e as suas marcas, muitas vezes postas como informações pouco relevante, como por exemplo, o fato da resistência com que as pessoas que foram escravizadas reagiram, uma vez que não houve, de forma alguma, um processo pacífico e harmonioso.

A segunda categoria, a da Lei 10.639/03, que estabelece o caráter obrigatório do ensino da História e Cultura Afro-brasileira, tanto nas escolas, públicas quanto nas privadas, também apareceu como eixo temático em dois artigos (03 Marilda Castelar, Flávia Cristina Silveira Lemos, Jamille Georges Reis Khouri e Thais Andrade e 04 Bianca Barbosa Suleiman. No artigo 03, a Lei aparece, por meio de falas de educadoras negras como sendo instrumento que deveria servir a uma desnaturalização de modos de viver europeus, principalmente no que se refere aos brinquedos utilizados na escolarização que seguem estes padrões. No artigo 04, aparece enquanto instrumento importante e basilar para a formação de professores, bem como para fomentar e desenvolver discussões acerca das relações étnico-raciais.

A importância da presença da Lei 10.639/03 em publicações numa revista de tamanho prestígio para a Psicologia é inegável, mas esse fato não se finaliza em si mesmo,

não é suficiente. É necessário uma continuidade e expansão dessas publicações, faz necessário uma frequência maior de estudos que busquem explicitar a importância do conhecimento e reconhecimento da relevância desta lei para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, mais democrática e, conseqüentemente, menos adoecida.

De forma bastante interessante, a terceira categoria traz algumas questões relacionadas à Psicologia do Desenvolvimento e às formas de subjetivação de crianças e adolescente nos artigos 03 (Marilda Castelar, Flávia Cristina Silveira Lemos, Jamille Georges Reis Khouri e Thais Andrade) e 05 (Aliciene Fusca Machado Cordeiro e Jully Fortunato Buendgens). No artigo 03, a partir das transcrições das entrevistas feitas com educadoras negras do estado da Bahia e do Pará, foi possível perceber o quanto as questões que estavam, de certa forma, presentes durante o seu período de desenvolvimento – principalmente no infantil – se apresentavam também nas suas ações e entendimentos da vida adulta, aqui especificamente as formas de construção da subjetividade, pautadas numa ausência, se colocaram nas suas atividades profissionais da vida adulta com uma presença significativa. Quero dizer, a ausência de algumas coisas teve um impacto tão significativo na formação pessoal dessas mulheres que, ao perceberem isso, quiseram fazer diferente na formação das pessoas que elas conduzem profissionalmente. No artigo 05, as questões relacionadas ao desenvolvimento estão mais ligadas ao adolescente e às formas e influências pelas quais ele é constituído, pelas questões de convívio social e o sofrimento de preconceitos que geralmente fazem parte dessa fase devido aos movimentos de exclusão/inclusão em grupos.

A quarta categoria foi a de Formação docente, aparecendo como tema discutido também em dois artigos, a saber: 03 (Marilda Castelar, Flávia Cristina Silveira Lemos, Jamille Georges Reis Khouri e Thais Andrade) e 05 (Aliciene Fusca Machado Cordeiro e Jully Fortunato Buendgens). Ambos os artigos trouxeram a questão da ausência dessas discussões nas práticas educativas como um dos resultados de suas pesquisas. No artigo 03, que aponta para a questão da importância do brincar e do brinquedo na vida de mulheres educadoras negras, o tema é discutido a partir da percepção das entrevistadas sobre a ausência desse preparo nos seus educadores e suas escolas, mesmo com leis que permitem e impulsionem o desenvolvimento de um pensamento crítico e uma forma de educação transgressora, que ultrapasse os limites do ensino convencional, utilizando novas formas de ensinar e aprender, tendo a liberdade como base (HOOKS, 2017). No artigo 05, este tema aparece também de forma negativa, apontando para uma falha no que

se refere às formas dos professores de conduzir as questões de preconceitos, por ora até contribuindo para continuidade de ações preconceituosas e de reforçamento de estigmas e estereótipos.

Esta categoria nos leva a pensar em algumas outras formas de contribuir para o rompimento de relações excludentes pautadas em preconceitos e discriminações. A importância da representatividade, utilizadas desde os brinquedos e brincadeiras das crianças e de formações que preparem os educadores para lidar com as mais variadas formas de preconceitos dentro do ambiente escolar devem ser fomentadas cada vez mais, a fim de que as crianças – que serão parte das próximas gerações – adquiram novas formas de se ver e de ver os outros, considerando contextos, alteridades e subjetividades.

Relações étnico-raciais é a quinta categoria. Apesar da inegável relevância desta para esse trabalho, apenas um artigo fala especificamente da relevância desse tema: 04 (Bianca Barbosa Suleiman). Ele traz a apresentação da Lei 10.639/03 como o objetivo principal do trabalho, que acontece por meio de uma oficina, que possui, por sua vez, três momentos e num desses momentos está a discussão acerca das relações étnico-raciais através de filmes e análise de dados escolares feitas por pequenos grupos formados entre as participantes da oficina. Aqui, é importante explicitar que o artigo em questão trata-se de um relato de experiência de estágio docente de uma estudante do curso de Licenciatura em Psicologia em apenas quatro páginas.

Por fim, temos as últimas categorias, respectivamente, Representatividade e Branqueamento e branquitude, em que só aparece o artigo 03 (Marilda Castelar, Flávia Cristina Silveira Lemos, Jamille Georges Reis Khouri e Thais Andrade). Este pode ser considerado um dado simbólico, uma vez que essa categorização foi organizada de forma individual, mas no fim, os dados acabam se entrelaçando, reiterando, portanto, os resultados obtidos. O que quero dizer aqui é que estas duas categorias estão estreitamente relacionadas uma vez que não podemos pensar em representatividade sem falar dos processos de branqueamento vivenciados pela população brasileira através, principalmente, da experiência cruel de colonização, no século XIX.

O artigo 03 aponta para estas duas realidades quando fala da importância da representatividade para as meninas negras através dos brinquedos e quando as educadoras negras percebem que o que levou elas a não serem representadas enquanto crianças foi justamente o que perpassa pelo ideal de beleza branco e europeu imposto a partir da experiência de colonização. E embora essa questão tenha aparecido em um artigo de

forma relativamente suficiente, jamais será tão suficiente a ponto de este ser um assunto esgotado, se um dia o número de publicações científicas sobre o tema não for significativamente grande, principalmente se considerarmos que as epistemologias do sul são constantemente invalidadas.

Ademais, é necessária uma atenção especial para as questões da Educação das Relações Étnico-raciais. Se as pesquisas estão se mostrando escassas e as discussões, insuficientes, outras formas de desenvolver essas pesquisas e divulgá-las devem ser pensadas. Aqui, especialmente, o que se propõe é a criação de um dossiê ou uma edição especial contendo diferentes estilos textuais que tratem sobre o tema, na Revista Psicologia Escolar e Educacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se caracteriza como um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), mas, se tem algo que posso afirmar com veemência aqui é que a temática principal aqui trabalhada está há distâncias indizíveis de conclusão. É importante salientar que, apesar de possuir um objetivo com o desenvolvimento desta pesquisa, o nosso interesse jamais foi esgotar uma discussão tão importante quanto as questões das Relações Étnico-Raciais, mas sim o contrário: abrir caminhos e possibilitar reflexões críticas sobre ausência dessas discussões nos meios científicos, principalmente na Revista Psicologia Escolar e Educacional.

Este trabalho diz-se não apenas de uma obrigação acadêmica a fim do título de bacharela em Psicologia, mas sim de uma inquietação particular sobre um assunto que deveria ser aberta e frequentemente falado, discutido, enfrentado e desconstruído. Mas para além disso, diz-se de uma forma de luta e resistência a fim de que a população negra brasileira contrarie as estatísticas e povoem os territórios científicos e intelectuais que outrora foram subtraídos de forma tão injusta.

Pode-se concluir, sem muitos rodeios, que a quantidade de publicações que tratam especificamente das questões relacionadas ao racismo e as relações étnico-raciais é significativamente pequena (5), considerando que o periódico possui 23 anos de publicação. Tal fato nos leva a refletir sobre os possíveis motivos dessa realidade: esta não é uma temática interessante? Ou não é uma temática interessante para o sistema capitalista, uma vez que um negro intelectual e empoderado pode estremecer estruturais de manutenção de privilégios?

Além disso, as temáticas principais encontradas nos artigos publicados são extremamente pertinentes, mas são só a ponta do iceberg de um problema, poderiam ter sido mais desenvolvidas e promovido ainda mais reflexões, como por exemplo, as questões dos processos de branqueamento pelos quais muitos negros brasileiros passam e isso atrelado às questões de representatividade desde a primeira infância, tendo os principais espaços educativos, como a escola, como instrumento de transformação social e valorização de diferenças culturais, sociais, físicas, entre outras.

É fato que se pararmos para pensar sobre e analisar a realidade atual do sistema educacional nacional, identificamos facilmente muitas falhas: desde condições estruturais fragilizadas, metodologias de ensino defasadas e arcaicas até o desinteresse, e

consequentemente despreparo dos atores da escola para lidar com situações de discriminação no contexto escolar.

Pensar o lugar e a importância da Educação nas vidas dos cidadãos brasileiros é uma tarefa desafiadora, porque este exercício nos convoca a pensar além do que nos é apresentado. Precisamos entender, antes de qualquer análise, que a realidade social de muitas famílias brasileiras não pode ser interpretada apenas com as informações que saltam aos olhos. Não é simplesmente o fato observável de uma criança que se encontra impossibilitada de frequentar a escola porque não possui um transporte; não é simplesmente a falta de vaga na escola e nem a falta de material escolar. É necessário que entendamos o contexto, quem são essas pessoas, de onde vem essa realidade e por que ela permanece. O que está sendo feito para que ela mude? Elas estão sendo vistas? O conhecimento acessível e libertador está chegando até elas?

Não se trata de negar e desconsiderar saberes produzidos que contribuíram para o estado atual da arte da intersecção entre Educação, Psicologia e as Relações Étnico-Raciais e nem do lugar em que se encontram, mas entender que estas não são as únicas opções para o desenvolvimento de uma educação libertadora. Trata-se de entender o quanto leis como a 10.639/2003, que versa sobre a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana e a 11.645/2008, que versa sobre a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira e indígena para a sociedade brasileira são importantes nesse processo.

Se precisamos de formas transgressoras de ensinar, é necessário que a Educação e a Psicologia pensem nisso para além da inclusão por políticas de ações afirmativas, é preciso que as diferenças estejam nos livros didáticos, nas ilustrações pelo ambientes físicos que fazem parte do cotidiano dos estudantes, nas televisões, nos espaços de compartilhamento de saberes e além disso, é preciso que pesquisas acerca sejam fomentadas, divulgadas e publicadas.

REFERÊNCIAS

ACAYABA, Cíntia; REIS, Thiago. Proporção de negros nas prisões cresce 14% em 15 anos, enquanto a de brancos cai 19%, mostra Anuário de Segurança Pública. **G1**, 19, out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/19/em-15-anos-proporcao-de-negros-nas-prisoas-aumenta-14percent-ja-a-de-brancos-diminui-19percent-mostra-anuario-de-seguranca-publica.ghtml>. Acesso em: 30, nov. 2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. (2008). Psicologia escolar e educacional: história de compromissos e perspectivas. **Psicologia Escolar e Educacional**, recuperado em 07 de novembro, de 2019, de https://www.researchgate.net/publication/262510241_Psicologia_Escolar_e_Educacional_historia_compromissos_e_perspectivas

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Brasília, 2012.

CASTELAR, Marilda; LEMOS, Flávia Cristina Silveira; KHOURI, Jamile Georges Reis; ANDRADE, Thais. Brinquedos e brincar na vida de mulheres educadoras negras. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v.19, n. 3, p. 595-602, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Dimensão histórica, conceitual, ideológico-política da temática racial. *In: Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os*. Brasília: CFP, 2017.

CORDEIRO, Aliciene Fusca Machado; BUENDGENS, Jully Fortunato. Preconceitos na escola: sentidos e significados atribuídos pelos adolescentes no ensino médio. **Revista Psicologia Escola e Educacional**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 45-54, 2012.

COSTA, Carmen Rodrigues da; RONCAGLIO, Sônia Maria; SOUZA, Iara Elizabeth Redwitz de. Atribuições prioritárias do psicólogo escolar *In: Momentos em psicologia escolar*. 2.ed. Curitiba: Juruá, 2009.

GUARNIERI, Fernanda Vieira; MELO-SILVA, Lucy Leal. Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 183-193, 2017.

MARTINS, Edna; SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; COLOSSO, Marina. Relações étnico-raciais e psicologia: publicações em periódicos da SciELO e Lilacs. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 118-133, 2013.

MOURA, Maria Rosimére Salviano de; TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa. “Não é assim de graça!”: Lei de Cotas e o desafio da diferença. **Revista Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo**, v. 22, n. 3, p. 593-601, 2018.

MORENO, Ana Carolina. Um quarto das escolas públicas não aborda o racismo em atividades extras na sala de aula. **G1**, 21, mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/um-quarto-das-escolas-publicas-nao-aborda-o-racismo-em-atividades-extras-na-sala-de-aula.ghtml>. Acesso em: 30, nov. 2020.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólen, 2019.

MARQUES, Marília. A cada 23 minutos, um jovem negro morre no Brasil', diz ONU ao lançar campanha contra violência. **G1**, 07, nov. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/a-cada-23-minutos-um-jovem-negro-morre-no-brasil-diz-onu-ao-lancar-campanha-contra-violencia.ghtml>. Acesso em: 30, nov. 2020.

NUNES, Ilara Dandara Vieira. **Representações sociais da diversidade étnico-racial na educação infantil elaboradas por educadoras**. Monografia (graduação em Psicologia). Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2018. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/3060/1/ILANA-NUNES.pdf>. Acesso em: 30, nov. 2020.

D'ADESKY, Jacques. Pluralismo Étnico e Multiculturalismo: **racismos e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, jan/abr. 2007.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. Currículos sem fronteiras, local, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan/abr. 2012.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: wmfmartinsfontes, 2020.

SANTOS, Raquel Amorim dos; COELHO, Wilma de Nazaré Barbosa. Política curricular e relações raciais no Brasil: entre textos e discursos. In: COELHO, W. de N. B.; VALE, J. C. Costa, et al. (Org.). **Educação, História e relações raciais: debates em perspectivas**. São Paulo: Editora Livraria de Física, 2015.

SANTOS, Alessandro de Oliveira; SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. **Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais**. Psicologia: Ciência e Profissão. Brasília, v. 32, n. esp, p. 166-175. 2012.

SANTOS, Marcio André de Oliveira dos. Por uma Pedagogia antirracista na Educação. *In: COELHO, W. de N. B.; SANTOS, A. dos S.; SILVA, R. M. de N. B. e. (org.). **A Lei nº 10.639/2003**: Pesquisas e debates. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014.*

SULEIMAN, Bianca Barbosa. Psicologia e Ensino das Relações Étnico-Raciais: uma experiência na formação de professores. **Revista de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 369-372, 2014.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.